



Informativo Vivat nº 59

Janeiro - Março, 2014

211 East 43 St, Suite 706, New York, New York 10017 Tel| Fax : +1 646-487-0003 Email: viny@vivatinternational.org

Queridos Leitores, Queridas Leitoras Bem-vindos à 59ª Edição Online do Boletim Informativo VIVAT Internacional!

Vivat Internacional iniciou o ano com motivação, seus membros continuando a trabalhar incansavelmente ao redor do mundo por justiça e paz.

Nessa edição você vai encontrar vários artigos expressando preocupação pelos direitos humanos em todo o mundo, como Direitos das Mulheres, na Índia, uma escola dividida em Bósnia-Herzegovina, um “insidioso genocídios” em Papua Oeste, Atividades Mineradoras no Brasil e Reforma na Imigração nos Estados Unidos. Considerando todas essas questões, esperamos que as metas do desenvolvimento sustentável Pós-2015 sejam mais importantes do que nunca. Na página 2 encontra-se um artigo sobre as preocupações com o Modelo de Desenvolvimento.

Além disso, permanecemos inspirados pelos esforços de nossos membros, como da Juventude e da Comunidade dos Idosos lutando pela proteção do meio ambiente na Indonésia. No final desta edição, você também encontrará articulações com recentes trabalhos de defesa na ONU.

NESTA EDIÇÃO:

| | |
|--|----|
| Desafios para a agenda 2015 | 2 |
| Defendendo os Direitos das Mulheres | 3 |
| Vozes para os Sem Voz | 4 |
| Preocupações com Papua Oeste | 5 |
| Mineração em Minas Gerais | 7 |
| Juventude e Idosos | 8 |
| O Preço de um Sonho | 9 |
| Atualizações VIVAT | 10 |
| Trabalhos Recentes de Defensoria | 11 |

MESA DIRETORA

Maria Theresia, SSpS
Heinz Kulüke, SVD
Guy Mazola Mido, SVD
Gervase Taratara, CSSp
Carmen Bando, SSpS
Daisuke Narui, SVD
Zita Resch, ASC

SECRETÁRIA

Selvi Selva Rani, SSpS

SECRETARIA EXECUTIVA

Zelia Cordeiro, SSpS
Felix Jones, SVD

VIVAT REP EM GENEBRA

Edward Flynn, CSSp

CONTRIBUIÇÕES

Elizabeth Mary Lanzi Mazzocchini
Philip Gibbs, John Converset, Dario Bossi, Simon Suban Tukan, Aileen Reynolds, Annette Allain, Zita Resch, M. Teresa Viana de Freitas, Paul Rahmat, Celine Paramundayil,

TRADUÇÃO

Juan Domingo Griffone, SCJ
Roberto Garcia Murcuego, SCJ
Spanish

Simone Petra Hanel, SSpS
German

Edni Gugelmin, SSpS
Portuguese

Alain Martial Nguetsop, SCJ
French

Priscilla Burke, SSpS
Proof-reader

NOVA IORQUE

+1 646 478 0003

GENEBRA

+41 022 796 991

Desafios à Agenda do Desenvolvimento no Pós 2015

O Modelo de Desenvolvimento Atual é defeituoso e deve ser revisto para que tenhamos uma verdadeira agenda de Desenvolvimento Sustentável pós-2015.

A economia baseada no Produto Interno Bruto – PIB ignora duas necessidades econômicas vitais para a sobrevivência humana: economia de sustentação e a economia da natureza. Nelas, o valor econômico é a medida de como a vida humana e a da Terra são protegidas. A moeda é um processo doador de vida, não dinheiro ou preços de mercado, que deveria ter valor na agenda do desenvolvimento.

Uma economia desencadeada pelo liberalismo econômico – com privatização e desregulamentação das sementes e alimentos, terra e água, mulheres e crianças - degrada os valores sociais e intensifica a violência contra as mulheres. Numa cultura que transforma as pessoas em mercadorias, tudo tem um preço, mas nada tem um valor. Por exemplo, o tráfico humano é atualmente uma indústria de US bilhões, cujas vítimas são 80% constituídas de mulheres e meninas.

Os SDGs pretendem ser uma integração equilibrada de três dimensões do desenvolvimento: social, econômico e ambiental. Na Rio + 20, foi determinado que deveriam ser ações orientadas, concisas, fáceis de comunicar, limitadas em número, desejadas, de natureza global e aplicáveis universalmente, respeitando prioridades e políticas nacionais. Os co-presidentes do Grupo de Trabalho Aberto enviaram um relatório sumário, com

foco em novas áreas, para tornaram-se bases para os Estados membros irem avançando na identificação dos SDGs. Algumas áreas a serem destacadas são: Erradicação da pobreza, Educação, Equidade de Gênero e Empoderamento das mulheres, Água e Saneamento, Ecossistemas e Biodiversidade e Sociedades Pacíficas, não violentas.

Durante o processo pós-2015, a Igualdade de Gênero - empoderamento das mulheres ainda não havia sido admitida entre os principais, apesar de 48 países terem feito uma declaração comum sobre sua importância. O modelo atual de desenvolvimento mascara as injustiças feitas às mulheres e à população vulnerável. É necessário uma mudança radical na política global e no sistema econômico, através de uma organização transformativa e redistributiva, visando reduzir as desigualdades.

O desafio atual da pobreza, mudanças climáticas e crescentes desigualdades são causadas por um consumo insustentável e estilo de vida de uma pequena parte da população, a maioria, do Hemisfério Norte. Um relatório da OXFAM revelou que a renda das 85 pessoas mais ricas do mundo equivale à renda total dos 3,5 bilhões de pessoas mais pobres. Enquanto não forem enfrentadas as raízes, estruturas e políticas que privam as pessoas dos recursos necessários para gozar de seus direitos humanos, não pode haver desenvolvimento sustentável. Direitos humanos e equidade devem ser os princípios básicos construídos sobre as responsabilidades comuns, mas diferenciadas, da “dívida histórica” que a maioria tem para com a maioria.

O QUE QUEREMOS PARA A AGENDA PÓS-2015:

- Rio+20 afirmou que a erradicação da pobreza deve ser o centro do SDGs. Reformas dos IFIs (Fundos Internacionais), políticas de transações comerciais justas, taxaço progressiva, estancamento da evasão de taxas e circulação ilícita de dinheiro precisam ser enfrentados ao mesmo tempo em que deve haver proteção social àqueles/àquelas à margem para alcançarmos uma irreversível erradicação da pobreza.

- Os SDGs e a agenda pós 2015 deveriam estar voltados para as pessoas, dando prioridade à segurança humana e eliminação da violência. Da mesma forma, os governos devem ser os primeiros responsáveis pelo bem estar dos cidadãos e cidadãs. Deve haver um forte mecanismo de prestação de contas por parte de todos os atores – governos, negócios privados e instituições multilaterais – cujas ações têm impactos no desenvolvimento e nos direitos humanos.

- Igualdade de gênero deveria ser uma questão transversal de todos os objetivos e metas. Deveria desenvolver a capacidade das mulheres através da educação, com acesso e controle sobre recursos, incluindo participação igual nos processos decisórios de todos os setores – público, privado e familiar.

- SDGs deveriam ser construídos sobre compromissos acordados tais como Direitos Humanos Universais, CEDAW, Beijing, Convenção sobre os Direitos das Crianças, Portadores de Deficiências, Povos Indígenas, Rio, Mon-

terrey. Todos esses compromissos deveriam incluir alvos com indicadores que possam ser medidos.

- Direitos Humanos e Direitos da Natureza são interdependentes. Sem um meio ambiente sadio não haverá pessoas saudias. Destruir a terra é destruir a nós mesmos. Precisamos aprender com a sabedoria das comu-

nidades indígenas que veem preservando o ecossistema por séculos.

- O que estamos enfrentado não é apenas uma crise econômica, uma crise ambiental ou uma crise social, mas as consequências da ganância de corporações contra o povo e o planeta, apoiadas por estamentos militarizados.

- O mundo precisa urgentemente de um sistema alternativo.

- Precisamos manter nossos políticos responsáveis e nós, como cidadãos e cidadãs responsáveis, praticar consumo e estilo de vida sustentáveis. Vamos prosseguir em nosso empenho em solidariedade, por vida e dignidade para todos e todas.



DEFENDENDO OS DIREITOS DAS MULHERES: NOSSA RESPOSTA PROFÉTICA

O número crescente de estupros, abusos sexuais e violências contra mulheres, acompanhado pelo vigoroso discurso público e campanhas, acordou a consciência da Índia para o horror que crianças, meninas e mulheres sofrem diária e silenciosamente. Levou-nos a compreender e aceitar que a segurança das mulheres não é uma questão de luta só das mulheres, mas, também uma preocupação dos direitos humanos. Outro aspecto humilhante do crime contra mulheres é que sua condição na estrutura patriarcal da sociedade também impede seu acesso à justiça. As iniquidades de sua condição social, do preconceito de castas e da privação econômica compõem as injustiças de gênero, diz Justine Verma, repórter do Comitê.

A representação e participação das mulheres nas instâncias da Igreja é uma exigência para assegurar a totalidade da Igreja. A não representação

delas implicará na exclusão da perspectiva, experiências, forças e necessidades de metade da Igreja. (Política de Gênero, Conferência dos Bispos Católicos da Índia, 2010: PÁG. 34).

Apesar de todos os esforços para despertar a consciência de gênero e diminuir os atos bárbaros de estupro e assédio sexual contra mulheres e crianças, o aumento do número de casos reportados na mídia e a apatia das autoridades ainda continuam a nos assombrar diariamente. Na igreja também a moral, moralidade, antes apenas objetos de rumores e silêncio forçado, hoje são discutidas abertamente entre pessoas comprometidas e também abertamente, na Mídia, entre o Laicato, Clero, Religiosos/Religiosas. Portanto, hoje, a situação de violência contra as mulheres e crianças exige de nós respostas concretas e intervenção em suas lutas com generosidade e com urgência.

Outro fator importante é que nossa sociedade e o sistema de justiça permanecem obcecados por noções estereotipadas e patriarcais, desenvolvidas em torno do comportamento sexual das mulheres. Muitas dessas noções são baseadas na aceção de que os mais importantes “atributos” de uma mulher são castidade e virgindade, não sua integridade corporal. Comentários recentes de poderosos políticos e lideranças religiosas sobre afirmações dizendo que as mulheres atraem crimes sexuais sobre si mesmas deixaram as mulheres chocadas. Muitos desses homens, atravessando aparentemente grandes barreiras religiosas, parecem ser da mesma opinião quando se trata de crimes cometidos contra as mulheres.

A emenda da lei criminal ACT, 2013 fornece cláusulas para o aumento de sentenças para condenados por estupro, incluindo, mesmo, sentença perpétua e pena de morte, além de

prever sentenças pesadas por ofensas, como ataques com ácidos, perseguição e voyeurismo. O governo fez emendas a várias seções do Código Penal Indiano, o Código de Conduta Criminal e o Indian Evidence Act. Introduziu novos Atos como Proteção de Crianças contra Ofensas Sexuais (Act, 2012) e Assédio Sexual de Mulheres no Local de Trabalho (Prevenção, Proibição e Reparação - Ato, 2013). Ainda precisamos de um sistema de justiça criminal que trabalhe com responsabilidade, sem nenhum atraso indevido, viés e misoginia.

Nossa sociedade é profundamente patriarcal e a questão tornou-se uma

ideologia tão profundamente inserida em nossa experiência de sermos homens ou mulheres, que raramente detectamos sua predominância em nossa maneira de pensar e agir. Há muitas ocasiões em que vítimas de violência patriarcal, elas próprias, reforçam tais valores em outros/outras. Ao mesmo tempo, há um crescimento geral na consciência sobre essa questão; estamos mais conscientes que é de fato uma preocupação central da missão contemporânea, que procura integrar justiça e igualdade. Há um despertar crítico e corajoso protesto das próprias mulheres e muitos homens também se juntaram a elas, rejeitando atitudes que ofendem a dignidade das

mulheres. Em Delhi, após estupro por uma gangue, em dezembro, foi a primeira vez que vimos homens indo às ruas com autêntica indignação. Desde então, começamos a vê-los juntando-se às mulheres em mobilizações contra estupro, violência doméstica, assédio sexual etc. Hoje, sempre mais homens estão assumindo a causa. Igualdade de gênero não é um problema das mulheres, deve preocupar e engajar também os homens (Gender Policy of the CBCI, 2010). Afinal, precisamos defender nossas mulheres mais intensamente do que nunca.

*Ir. Julie George SSPS,
Streevani, Pune*

ADORADORA: Voz dos Sem Voz

Como pode uma Adoradora do Sangue de Cristo - ASC viver em Bósnia-Herzegovina, um país dividido em duas partes, com duas entidades governamentais, onde vive uma população de três etnias? Duas realidades – três nações, cada uma com religiões diferentes! É um desafio real. A realidade desse país levanta em mim uma série de questões que, pessoalmente, me dizem respeito, pois eu pertenço à terceira nação, a Croácia. Vejo os problemas de meu povo e, ao mesmo tempo, sou enviada para “ser irmã” também das outras etnias.

Quando meu povo se encontra nesse papel de “terceiro”, oprimido, sem direitos civis, como posso eu, uma ASC, realizar minha missão “testemunhando o amor de Deus e anunciando esse amor aos outros, especialmente aos pobres, oprimidos e destituídos”, como nós, Adoradoras, somos chamadas também pelas nossas Constituições? (LC 3)

Cheguei a Glamoc em agosto de 2000 e comecei a trabalhar na pré-escola pública “Butterflies”.

A população aqui é misturada, composta de Croatas, Sérvios e Bósnios, que vivem em contínua tensão entre si. Assim, trazer crianças de três nações que pouco tempo atrás estavam lutando umas contra as outras, na mesma pré-escola, é quase impossível.

Quero também dizer, estava começando da estaca zero, apesar de estar entusiasmada e ter tido uma boa preparação pelas Irmãs Dominicanas, em Zagreb. A pré-escola, que havia sido aberta antes de minha chegada, tinha sido fechada por falta de pessoal competente.

Agora estou vivendo aqui há 13 anos, 13 anos maravilhosos, cheios de momentos belos e também difíceis, aonde consegui criar uma pré-escola. Isso

foi possível, pois acredito, cada criança é um presente de Deus, uma das filhas/filhos de Deus, não importa a que grupo étnico pertença. Graças a Deus por isso... entretanto, sempre há um, porém, mas isto é outra estória...

A escola onde trabalho é pública e a maior parte do pessoal é composta por Croatas leigos. Quer dizer, pertencem ao grupo Croata, a terceira “nação”, que não tem acesso a seus direitos humanos básicos. Portanto, enfrentamos muitos problemas. Vou citar apenas uns poucos:

1. Desde junho de 2008, os funcionários e funcionárias da pré-escola Butterflies, em Glamoc, não recebem seus salários. A partir de então, tenho lutado em todas as frentes para obter fundos necessários.

2. Outro problema é que nossa “indumentária religiosa” incomoda a administração da cidade.

3. As autoridades da cidade querem separar as crianças da pré-escola em grupos étnicos e dar-lhes recreação separadamente. Isso é inaceitável e não vamos fazê-lo. Como é que as crianças vão aprender a tolerância e a convivência se não lhes permitirmos ter contatos umas com as outras, com aqueles/aquelas que são diferentes?

4. Muitas vezes os políticos desta cidade põem em prática o lema



“divida e governe”, mas não queremos nos guiar por ele.

5. Claro, quando estamos contra um “poderoso” deste mundo, a primeira

consequência é negar-nos recursos financeiros para sustentar a atividade. Talvez se esperasse que não nos pagando nós desistiríamos da tarefa, mas não vamos fazer isso.

6. Em nome de todos/todas que se encontram em situações semelhantes, mas não podem, não devem ou não sabem o que fazer, levanto minha voz para denunciar injustiças.

*Janja Ir. Martina Katovic,
ASC*

Preocupação e Apoio pela Paz em Papua Ocidental

A população de Papua Oeste vem experimentando situações de muita violência desde que a Indonésia ocupou aquela área em 1º de maio de 1963. A partir de então, Papua Oeste tem sofrido muitas violações dos direitos humanos.

Nos últimos três anos, o Observatório dos Direitos Humanos documentou centenas de casos em que a polícia, soldados e oficiais da inteligência usaram forças ilegais quando os papuanos exerciam seus direitos de assembleias pacíficas. O controle rígido sobre a circulação de notícias de Papua complica os esforços da mídia estrangeira para expor tais abusos.

<http://www.hrw.org/news/2012/06/13/indonesia-lift-restrictions-reporting-access-papua>

A Comissão Indonésia pelos Direitos Humanos, baseada em sua avaliação sobre a situação dos



direitos humanos em Papua entre 1963-2009, concluiu que a Indonésia está cometendo um crime contra o povo Papua. Alguns chefes de estado, incluindo Barack Obama, presidente dos Estados

Unidos, levantou a questão dos direitos humanos com o Presidente da Indonésia, SB Yudhoyono. Representante Eni Faleomavaega, da Samoa América, com apoio de outros membros do Congresso Ame-

ricano, enviou uma carta ao Secretário Geral da ONU para que intervenha na questão de Papua.

A questão permanece: por que não houve uma ação efetiva para acabar com essa tragédia humana de 50 anos, que a Rede Ação Papua Ocidental descreve como um insidioso genocídio? A resposta é uma combinação de vários fatores, indo da incapacidade do governo da Indonésia de controlar o crime, até à ignorância ou negligência sobre o problema por parte de Estados Independentes, acreditando que seus interesses bilaterais com a Indonésia são mais importantes que a sina de aproximadamente 2 milhões de Melanésios que habitam a região, rica de vários recursos naturais.

Os esforços de atores humanitários, incluindo as igrejas de Papua, mantendo pressão política humanitária, são considerados apoiadores do movimento separatista e algumas

pessoas, incluindo gente da igreja, foram assassinadas. No momento, organizações de direitos humanos, incluindo a Cruz Vermelha Internacional, não têm permissão de trabalhar em Papua. Notamos que, quando a Indonésia estava sendo avaliada na Revisão Periódica Universal, em 2012, ao menos 13 membros da Comissão dos Direitos Humanos da ONU deram atenção especial ao problema de Papua.

Além disso, o Primeiro Ministro de Vanuatu, em sua fala antes a Assembleia Geral da ONU, pediu ao secretário Geral que designasse um funcionário da ONU para a questão de Papua Oeste. O primeiro ministro prosseguiu no mesmo pedido em sua fala na sessão anual do Conselho de Direitos Humanos da ONU, em 4 de março, 2014, em Genebra. O Primeiro Ministro de Vanuatu, na sua luta para apoiar os direitos humanos em Papua, também está

de acordo com a atitude do Secretário Geral, Ban Ki Moon. Após participar da reunião anual do Fórum Pacífico Sul, respondendo a repórteres que o questionavam sobre a questão de Papua Oeste, disse que o assunto deveria ser discutido no Comitê de descolonização e no Conselho dos Direitos humanos da ONU.

<http://www.un.org/sg/offthecuff/index.asp?nid=1935>

Agora é tempo da questão da violação dos direitos humanos, em Papua Oeste, ser resolvida através dos mecanismos da ONU, já que ela, a ONU, participou da entrega de Papua Oeste ao domínio da Indonésia. VIVAT Internacional e outras organizações religiosas, incluindo o Conselho Mundial das Igrejas, estão comprometidas na busca de uma resolução justa para a situação da violação dos direitos humanos em Papua Oeste.

Por que não houve uma ação efetiva para acabar com essa tragédia humana de 50 anos que a Rede Ação Papua Ocidental descreve como um insidioso genocídio?

Nações Unidas adotam resolução para investigar a guerra civil no Sri Lanka

A comunidade internacional comprometeu-se a trabalhar com o Governo do Sri Lanka para promover mais paz e estabilidade. O Conselho de Direitos Humanos da ONU adotou a resolução convocando para uma investigação internacional sobre crimes de guerra,

com 23 países votando pela resolução apoiada pelos Estados Unidos, enquanto 12 países votaram contra e 12 se abstiveram. O Escritório do Alto Comissariado pelos Direitos Humanos ficou incumbido de realizar uma investigação internacional, enquanto que o governo do Sri

Lanka também ficou responsável por iniciar uma investigação sobre supostas violações dos direitos humanos e leis humanitárias. A resolução foi votada uma semana depois da prisão de defensores dos direitos humanos Praveen Mahesan, OMI e Ruki Fernando.

DESAFIOS TRAZIDOS PELA INDÚSTRIA DA MINERAÇÃO NO BRASIL – ESTADO DE MINAS GERAIS

O patrimônio natural do Brasil, um dos maiores e mais ricos, tem levado a indústria da mineração a explorar nosso solo e nosso povo. A preocupação com a indústria da mineração é particularmente séria no que se refere aos recursos limitados e não renováveis. A atividade mineradora exige muita água para lavar os minerais, bem como, grande quantidade de energia. Ela não se utiliza de tecnologia seca, apesar de esta oferecer uma estratégia muito menos prejudicial às nossas fontes de água potável. Assim, a mesma água utilizada para suprir as grandes cidades em torno de Belo Horizonte é também usada pela maior parte dos locais de mineração. Já existem vários casos, no sul de Minas Gerais, onde o solo foi contaminado pelos produtos químicos usados pelas companhias mineradoras, levando a um crescente número de pessoas com câncer, doenças da pele e dos pulmões. As Serras do Garandela e do Caraça, responsáveis pelo fornecimento de água às cidades em torno à capital, como Nova Lima, Rio Acima e muitas outras, restam como as últimas reservas intocadas com água de alta qualidade. Alarmante é o fato de que essa área agora está sendo disputada pela Vale do Rio Doce, uma companhia que tem 28 minas a céu aberto no estado e quer explorar o cerne do quadrilátero do ferro de Minas Gerais.

A atividade mineradora é altamente prejudicial aos recursos hídricos, pois destrói irreversivelmente os aquíferos, reduz os lençóis de água e degrada seriamente o meio ambiente pela contaminação dos canais de água com produtos radioativos e tóxicos. E mais, ela destrói a biodiversidade



Cascata Santo Antônio - Caetés

e causa perdas irreversíveis de áreas naturais, fontes de águas minerais. O processo da mineração remove as camadas de rocha responsáveis pelo reabastecimento das bacias de água, que são então explodidas e descartadas como lixo. Algumas minas como Sapicado, em Itabirito, secou devido às atividades da mineração a seu redor. Igualmente, cidades como Itabira (109.783 habitantes) e Congonhas (48.519 hab.) estão sofrendo com a escassez de água devida às atividades mineradoras. O transtorno causado pela indústria da mineração trouxe outras preocupações às populações locais. Com a exploração das riquezas do subsolo, comunidades e famílias de pequenos empresários da agricultura, assentamentos de trabalhadores sem terra, índios e quilombolas (terra dos descendentes de antigos escravos) são todos removidos. Proprietários rurais, associados a outros grupos no parlamento brasileiro, estão pressionando pela a ampliação das licenças para a exploração de minerais nas áreas indígenas e quilombolas já demarcadas pela Constituição Brasileira de 1988.

O governo brasileiro está elaborando um novo Código da Mineração, o que abre uma oportunidade para mudar essa prática. Algumas ONGs discutem estratégias para enfrentar esses problemas e a sociedade civil está desencadeando um movimento social em torno das várias preocupações para as futuras gerações.

Primeiramente, as reservas minerais foram formadas num período de milhões de anos e não são renováveis. Uma vez totalmente exploradas, não terão mais serventia para outros. Não haverá uma segunda colheita.

Em segundo lugar, nosso patrimônio natural é um bem que pertence a todo o povo brasileiro e, como tal, não pode ser privatizado. O governo não pode tomar decisões apenas com as companhias mineradoras, como muitas vezes acontece. Tudo deve ser submetido a um amplo processo de tomada de decisões democráticas.

Terceiro, é urgente determinar o grau de extração permitido. No estado do Pará, uma enorme mina de ouro, Ca-

rajás, que se supunha ser explorada por 400 anos, está em vias de extinção devido à intensificação da exploração com o constante desenvolvimento da tecnologia na extração.

Quarto, são necessários transparência e controle público estrito sobre a extração mineral, com consultas públicas sobre concessões para pesquisa e exploração. Deve ser garantido o acesso público aos contratos assinados entre o governo e companhias, com clara e prévia determinação dos graus de produtividade,

com o subsequente acompanhamento dos impactos socioambientais.

Quinto, os ecologistas defendem uma divisão ecológica e econômica do território nacional, com determinações claras e racionais das zonas onde as atividades mineradoras serão permitidas ou proibidas.

Sexto, alguns políticos do parlamento que estão participando ativamente na elaboração do Novo Código da Mineração tem suas campanhas eleitorais pagas por

companhias mineradoras e, portanto, defendem os interesses delas. É urgente perceber suas tendências e preconceitos já que eles participam na deliberação do Novo Código da Mineração.

Os mineiros costumam dizer que no século XVII, “Nosso ouro deixou catedrais em Portugal, fez os proprietários de bancos milionários e nós ficamos apenas com os grandes buracos das minas”. A história mudou desde então? Muita gente duvida...

Juventude e Comunidade de Idosos na Indonésia Preocupados com Ameaças à Terra

A Proteção à Mãe Terra foi a preocupação principal que esteve no centro de ambos os eventos, o da Juventude e o da Comunidade de Idosos, reunidos em outubro de 2013 e janeiro de 2014, respectivamente.

Um total de 210 pessoas de diferentes regiões de Manggarai, Manggarai Leste, Manggarai Oeste em Redong encontraram-se em uma reunião inter-religiosa da juventude, de 25 a 29 de outubro de 2013. A juventude falou de suas múltiplas preocupações e demonstrou a urgência de tratar do que chamaram de “mutilação da terra”, da qual, disseram, são testemunhas diretas em suas próprias comunidades. Desflorestamento, poluição, atividades mineradoras são alguns dos problemas que eles/elas denunciaram como causas diretas de desastres naturais, tais como enchentes e deslizamentos de terras. A juventude indonésia também mencionou o nascimento de conflitos sociais, injustiças e violação dos direitos humanos como

questões intimamente relacionadas ao manejo de recursos naturais e à terra e que estão, também, causando pobreza, fome e morte.

Enquanto que os participantes reconheceram que é atribuição do governo manejar a distribuição de recursos naturais para nossa prosperidade, também discutiram e concordaram

em uma série de ações que irão empreender, de acordo com suas capacidades, para preservar a Terra. Isso inclui opor-se a qualquer companhia que chegar para mutilar a terra através de atividades, como mineração e desflorestamento, bem como conservar o meio ambiente limpo e sem lixo; ainda, proteger os agricultores e preservar a fertilidade do solo promovendo



Membros da Comunidade reúnem-se para discutir as questões sobre as mineradoras

o uso de adubo orgânico, através de treinamento. A declaração incluiu, também, o pouco óbvio e consciente compromisso de comer o que tiver e comprar o de que se necessita.

Quando idosos de várias comunidades, na Indonésia, reuniram-se em Sengari entre 24 e 26 de janeiro de 2014, a discussão deles parecia um eco da promessa feita, um mês antes, pela juventude. Idosos/idosas das tribos Kam Lante, Nggalak e Jong foram acompanhados e guiados por Ruteng JPIC- SVD em seu encontro. Os idosos declararam que “Terra, água, floresta, montanha, morros, mar e o povoado são elementos inseparáveis de nossas vidas. A Terra é a mãe que dá vida ao ser humano. Como irmãs, florestas e montanhas também dão vida a tudo ao seu redor”.

A declaração final dos Idosos é impressionante pelos mínimos detalhes com que descrevem a relação entre sua comunidade e o uso do que a Terra livremente oferece. Aspectos do manejo comunitário, com desenvolvimento sustentável e preservação da Terra, representam a coluna vertebral de sua visão e compromisso.

Além disso, os Idosos enfatizaram as relações existentes entre a terra e sua identidade cultural, espiritualidade e práticas sem as quais sua comunidade poderia não existir. Nesse sentido, um fragmento da declaração diz o seguinte: “A relação entre os seres humanos e a natureza se expressa através de alguns ritos tradicionais, como o tenteno, ccakacicing, pu’ungweri, kalek, cauceos, hang rani e cepa para res-

peitar a terra. Há também alguns rituais para respeitar a água, a aldeia e os ancestrais tais como takungmangkok-mese e daralampek... Desflorestamento, atividades mineradoras e vendas da terra são desafios para mantermos a preservação dos costumes. Mas sempre resolvemos qualquer problema em *gendang one* e *lumping peang* (trad. Centro Cultural) discutindo”.

Há lições que, certamente, podemos tirar para nossas comunidades dos participantes da Juventude e Idosos da Indonésia, pelo seu acentuado senso de responsabilidade social, grau de engajamento nas preocupações comunitárias e consciência de serem agentes de mudanças para as gerações presentes e futuras da Terra, na Indonésia e além.

O PREÇO DE UM SONHO

Nasci em Veracruz, México. Meu marido, Edmundo, nasceu em Puebla. Fomos à escola, fizemos Química, mas não conseguimos encontrar trabalho.

Em 1990, Edmundo e eu fizemos uma decisão que mudou nossa vida para sempre: nós dissemos: “eu faço” e tais palavras marcaram o início de nossa caminhada juntos. No mesmo ano, após nossa primeira tentativa frustrada de cruzar a fronteira, chegamos aos Estados Unidos, como muitas outras pessoas, procurando por oportunidades e uma vida melhor para nossa futura família. Leste de Harlem, Nova Iorque tronou-se nossa nova casa.

Uma das decisões mais difíceis era deixar nossos entes queridos, não sabendo se e quando iríamos vê-los novamente. Eu tenho três irmãos e Edmundo é o mais velho de oito irmãos. Nunca nos demos conta de quão difícil seria a vida: deixar tudo para trás, adaptar-se a uma nova

cultura, não entender inglês, encontrar trabalho significativo.

Pouco tempo depois do nascimento de meu primeiro filho, fui apresentada às Irmãzinhas da Assunção que se tornaram e, 25 anos depois, continuam a ser a família que não tivemos. Comecei a participar de seus programas - Grupo de Mães, Nutrição, Artes e Trabalhos Manuais e 4 anos de aulas de inglês como segunda língua. Lá, encontrando-me com outras mulheres em circunstâncias similares, me senti em casa. Depois, me ofereci como voluntária para ensinar Artes e Trabalhos Manuais e, com Ir. Susanne comecei a coordenar o grupo de mães. Finalmente, fui contratada por meio período com as Irmãzinhas e hoje continuo como prestadora independente de serviços.

Nada poderia ter-nos preparado para o que iria acontecer dois anos depois. Em 1998, Edmundo foi detido pelos oficiais da imigração após uma incursão na fábrica de roupas onde

ele trabalhava. Foi uma experiência chocante receber esse aviso por meio de um telefonema, sem informações sobre onde ele estava detido. Felizmente Edmundo voltou para casa nessa mesma noite, porém, com uma ordem de deportação. Encontramos um advogado e iniciamos um processo para suspensão dessa ordem. Durante esse tempo, longo e penoso, fomos à corte repetidas vezes e fomos tratados como criminosos. Com o apoio de amigos e da comunidade, ganhamos o caso na primeira instância e foi oferecida residência a Edmundo. Entretanto, um mês depois, a apelação conseguiu reverter a decisão.

No ano seguinte, recebemos outra carta dizendo que Edmundo tinha outra ordem de deportação devido a uma falha de nosso advogado em responder aos procedimentos da imigração. A situação piorou. Ficamos extremamente assustados pensando em mudar-nos, pois então o Escritório da Imigração tinha nosso ende-

reço. Decidimos não mudar, apenas esperar e rezar para que não viessem nos procurar. Planejamos para nossos filhos Emi (8) e Erik (2,1/2); colocamos no refrigerador números de telefones para quem deviam chamar se a imigração viesse nos buscar. Foram também instruídos a procurar minha família no México. Emi ainda se lembra de estar na cortesia sentado no colo do Pe. Martins, mas sem saber o que estava acontecendo. Recentemente Erik me disse que ele teve pesadelos, coisa que ainda não nos havia dito.

A ordem de deportação de Edmundo ainda pesa sobre nossa cabeça – mas, como estamos determinados a manter vivo nosso sonho, há uma luz no escuro. Continuamos a trabalhar e viver na comunidade de El Barrio, Harlem Leste.

Começamos a pagar taxas em 1999 e também pagamos impostos de dez anos atrás. Enviamos dinheiro regu-

larmente para ajudar nossos familiares, especialmente por ocasião de doenças. Não estivemos no México por muitos anos e estamos ansiosos pelo dia em que poderemos visitá-los pessoalmente.

No ano passado, tive a oportunidade de falar com o senador de Nova Iorque, Charles Schumer. Partilhei nossa história, história de muita gente, com ele e com outros. Estou ciente de que muitos acreditam que foi um erro o que fizemos. Como uma mãe à outra, apelo ao coração deles. Nosso sonho para o futuro foi o que nos moveu a enfrentar esse grande risco, foi por uma chance na vida e não sem um tremendo sofrimento pessoal. Meus filhos não tiveram família ao seu redor e não puderam gozar do amor e cuidados dos avós, tias, tios e primos. Foi muito triste o fato de não podermos dizer adeus a nossos próprios avós e muito difícil quando o pai de Edmundo morreu ele não pode estar com sua mãe, irmãos e ir-

mãs. Por causa de sua doença, meu pai tem tido várias crises que atentam contra sua vida e a cada chamada telefônica meu coração bate forte e rapidamente. Em minha opinião, estamos sofrendo as consequências de nossas ações por tempo demais.

Precisamos de mudanças nas leis de imigração. Precisamos de leis justas e humanas, leis que ajudem as famílias a permanecerem unidas e também ajudem o povo trabalhador, como meu marido e eu, a continuar a contribuindo com nossos talentos em benefício deste país.

Hoje, nosso filho mais velho, Emigdin, está na escola e logo Erik também estará. Apesar de tudo, sinto-me como temos sido mais afortunados que muitos outros. Estivemos e estamos cercados por gente boa que tem nos ajudado em cada passo no caminho.

Norma Flores

As Irmãzinhas da Assunção, dedicadas às famílias em bairros mal servidos de Nova Iorque, desde 1891, vêm dando testemunho do Evangelho em ações concretas de amor, serviço e promoção de justiça social. O centro no Harlem leste, LSA Family Helth Service, oferece programas destinados a favorecer as pessoas mais vulneráveis, com menos acesso às necessidades básicas da vida, convictas de que a comunidade toda cresce quando pessoas e famílias têm sua própria dignidade afirmada.

Reunião VIVAT Nova Iorque

Os membros de Vivat Internacional, NY, reuniram-se no dia 17 de fevereiro, 2014. Foi apresentado um sumário da reunião da Mesa Diretora da Vivat e ainda, um resumo dos relatórios dos grupos VIVAT nacionais.

Foi apresentada uma ficha de informação e petição exigindo dos governos a criação, formação e/ou exe-

cução de Pisos de Proteção Social (PPS) em seus respectivos países. A equipe executiva pediu aos membros VIVAT NY para distribuir o documento a coordenadores/coordenadoras internacionais, a fim de que recolham tantas assinaturas quantas possíveis. O objetivo disso é informar os membros VIVAT sobre o PPS e contribuir, na campanha em andamento, da Organização Internacional do Trabalho.

VIVAT USA partilhou seus planos de preparar um projeto sobre a intervenção para UPR-USA sobre a “Separação dos Pais e Filhos nos Procedimentos de Deportação e Impedimento de Contatos do Detento com Familiares e Advogados.”

O senhor Octovianus Mote, de Papua Oeste, foi convidado para essa reunião a fim de discutir a crise dos direitos humanos em Papua

Oeste. O Sr. Mote informou que, atualmente, está trabalhando com os alunos da Escola de Direito de Yale e estrelas de Hollywood, como Ryan Felipe, para a descolonização de Papua Oeste, do domínio da Indonésia.

Atualmente, sua equipe está tentando que os países independentes apoiem Papua Oeste. O Sr. Mote solicitou a colaboração de VIVAT Internacional para conseguir o apoio de países independentes, onde temos membros, através de estratégias como apresentações nas principais cidades e distribuição de informações acessíveis. Ele está procurando, também, criar um mecanismo dentro da ONU para melhorar a situação em Papua Oeste.

Os membros VIVAT NY avaliaram como muito bom o diálogo informativo sobre Papua Oeste e ofereceram vários recursos para contribuir com a iniciativa do Sr. Mote.

VIVAT Internacional Mesa Diretora e Associados/Associadas

Em 17 de janeiro, 2014, aconteceu a reunião da mesa Diretora de VIVAT, que contou com a participação de 16 membros, incluindo a Presidente, Ir. Maria Theresia SSpS, o Vive Presidente Pe. Heinz Kulüke SVD, a equipe executiva de N.Y, representante de Genebra e coordenadores de JUPIC das Congregações. Como sempre, foram apresentados relatórios semestrais de Nova Iorque e Genebra. Pela primeira vez, os/as coordenadoras de JUPIC apresentaram um relatório sobre como cada Congregação realiza a concepção e internacionalidade da missão de VIVAT. Também receberam relatórios dos núcleos nacionais: Argentina, Bolívia, Índia, Indonésia e Kenia.

Foram planejados alguns seminários para 2014: um no Paraguai, em espanhol, marcado para julho ou agosto; um na Europa e um na



VIVAT Internacional Mesa Diretora e Associados/Associadas

Nigéria, em setembro ou outubro. No Brasil espera-se, para novembro, uma continuação sobre mineração, direitos humanos e questões ambientais.

Outras decisões dessa reunião da Diretoria incluem: aprovação do orçamento de VIVAT para 2014; aprovação dos estatutos de VIVAT Kenia; aprovação de três seminários sobre Roubo de Terras e aprovação do estágio de Olga Estela Sanchez Caro, CMS e de Anna Maria Pozzi.

Trabalhos Recentes em Defensoria Através dos Mecanismos dos Direitos Humanos da ONU

FEVEREIRO 2014

Declaração enviada à 8ª Sessão do Grupo Aberto de Trabalho sobre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável [A continuação do Açambarcamento de Terras pode levar a um Conflito Global](#)

As aquisições de terras é uma ameaça aos humanos e à Terra, particularmente às populações indígenas. Através da destruição de comunidades locais, perda da cultura e da identidade, violações sistemáticas dos Direitos Humanos, a ganância pela terra prepara o caminho para conflitos em países em que estamos trabalhando na promoção da paz e justiça social. No espírito do “desenvolvimento sustentável” a prevenção e o combate ao problema devem ser vistos como uma prioridade urgente.

[Ameaça à Biodiversidade pela Mineração](#)

Mineração é uma ameaça séria à biodiversidade. Esse perigo continua a crescer, na medida em que o setor da mineração incentiva novos projetos em áreas remotas e biodiversas, adicionando ameaças a povos indígenas e à população empobrecida que dependem dessas áreas para sobreviver. A indústria extrativa deve ser reconhecida como uma ameaça à biodiversidade e a mineração deve detida nessas mesmas áreas.

MARÇO 2014

Declaração enviada à 25ª sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU [Direitos Humanos Mapuche e uso de nova estrutura legal no Chile – Vídeo](#)

UPR da Bolívia: Envio conjunto do Grupo Preocupações Globais de Maryknol na Bolívia, Edmund Rice Internacional, Franciscanos Internacional e VIVAT Internacional. O relato destaca alguns das principais questões dos direitos humanos relatadas por membros VIVAT e parceiros na Bolívia.

VIVAT Internacional, Franciscanos Internacional e Movimento por Montanhas e Águas de Minas em colaboração com várias organizações locais do Brasil enviaram uma contribuição através da Repórter Especial sobre os direitos humanos, ao HRC para salvar a água potável e o saneamento.

Carta Conjunta do Conselho Indigenista Missionário, Serviço Inter-Franciscano de Justiça, Paz e Ecologia (sin-frajupe), Franciscanos Internacional e VIVAT Internacional sobre a situação dos direitos do Povo Tupinambá, na Bahia, Brasil.



PRÓXIMOS EVENTOS

ABRIL E MAIO

Abril 9-10

Assembleia Geral e ECOSOC

Abril 14-15

Diálogo Global sobre Financiamento para o Desenvolvimento

Maió 12-23

Fórum Permanente sobre Questões Indígenas

Maió 20-21

Cooperação Norte-Sul, Sul-Sul

FEVEREIRO

Fev. 3-7

Abertura do Grupo de Trabalho sobre metas do Desenvolvimento Sustentável, 8ª sessão,

Nova Iorque

Fev 11-21:

52ª Sessão da Comissão de Desenvolvimento Social, Nova Iorque

JUNHO

Junho 17-18

Direitos Humanos e Estado de Direito

Junho 23 – 25

ECOSOC
Questões Humanitárias

Junho 27

Reunião da Diretoria

Junho 30 – Julho 9

Fórum Político Alto Nível

Próximas reuniões, oficinas e Seminários VIVAT Int.

Julho 7

VIVAT – Reunião Diretoria

Agosto

VIVAT Oficina - Paraguai

Setembro 15-19

VIVAT Oficina - Nigéria

Dezembro

Seminário: Dialogo sobre Vida e Mineração - Brasil